

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (HORTIFRUTIGRANJEIRO, CEREAIS, CARNES, LATICÍNIOS E PANIFICAÇÃO) PARA CONFEÇÃO DA MERENDA ESCOLAR** nas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para o alunado da rede municipal de educação, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação (SME) no ano letivo de 2025, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

1.2	Requisitante:	Secretaria Municipal de Educação
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico, nos termos do artigo 28, inciso I da Lei 14.133/2021.
1.4	Período:	Ano Letivo 2025
1.5	Tipo:	Menor preço POR LOTE, nos termos do art. 33, inciso I da Lei nº 14.133/2021;

1.6 Quanto à adoção do critério de julgamento de “menor preço por lote”, para licitações que objetivam a aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar, não encontra óbice no sistema normativo, uma vez decorrente do poder discricionário conferido à Administração de estabelecer critérios que melhor se adaptem às suas necessidades. Ao examinar o certame, a Administração entende por adequada a escolha do “menor preço por lote”, considerando presumida inconveniência de a Administração possuir inúmeros fornecedores, com maior probabilidade da ocorrência de transtornos referentes a entregas separadas, descontínuas e não sincronizadas, que em nada contribuem para o alcance do interesse público. Complementamos os argumentos desta Administração no sentido da inconveniência da contratação de inúmeros fornecedores no controle de diversos pedidos e datas de entrega, fatos passíveis de ocasionar prejuízo aos destinatários dos produtos, neste caso, os alunos das escolas municipais. A Administração tem poder-dever de adotar a forma de seleção que melhor atenda ao interesse perseguido. Com efeito, embora recomendável que o julgamento da competição se dê por itens, há hipóteses que, por não implicarem prejuízo ao conjunto, admitem licitação por preço global.

Porém, é importante destacar que ocorreu o fracionamento do objeto da licitação em tantas parcelas quanto se demonstraram viáveis para manter o caráter competitivo do certame. Foi assegurado que o objeto da licitação fosse separado em lotes de grupos alimentares iguais, tal como um lote para carnes, outro para hortifrutigranjeiros, outro para cereais, outro para pães, laticínios, permitindo, assim, um número maior de interessados, inclusive fabricantes e fornecedores de apenas um grupo alimentar.

1.7 No que diz respeito ao critério de julgamento adotado (menor preço por lote). No caso, visa-se à escolha de um único fornecedor que se incumbirá não só de abastecer os gêneros alimentícios, como também de cuidar da logística que envolve a entrega ponto a ponto em mais de cem unidades escolares, sendo inúmeras de difícil acesso, seguindo os locais, dias e horários determinados pela Administração. O fornecedor também deverá atender as exigências ao tipo de transporte apropriado para o gênero entregue. O agrupamento em lotes, no caso, favorece o planejamento e propicia ganhos de economia de escala. É de rigor, no entanto, que se aglutinem produtos assemelhados, de modo que se resguardem a isonomia e a competitividade desejadas. Bem por isso, a Administração cuidou para que se agrupem produtos de mesma natureza. A divisão do objeto em diversos itens de fornecimento não se mostra mais eficiente tecnicamente, e tais peculiaridades, trazidas à lume, conduzem à conclusão de que a Prefeitura optou em licitar os itens agrupados em variados lotes mais vantajoso.

1.8. Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (HORTIFRUTIGRANJEIRO, CEREAIS, CARNES, LATICÍNIOS E PANIFICAÇÃO) PARA CONFEÇÃO DA MERENDA ESCOLAR nas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para o alunado da rede municipal de educação, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação (SME) no ano letivo de 2025, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento:

LOTE 01 - HORTIFRUTIGRANJEIRO				
ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	U.M	QUANTIDADE
1	463938	ALHO	KG	5.940
2	463754	BATATA INGLESA, LAVADA	KG	87.960
3	463781	CEBOLA	KG	10.520
4	464396	LARANJA SELETA	KG	72.000
5	464394	LARANJA LIMA	KG	38.960
6	464400	MAÇA NACIONAL	KG	48.200
7	464405	MAMÃO FORMOSA	KG	27.040
8	464418	MELANCIA	KG	25.440



9	464425	PÊRA WILLIAMS	KG	11.460
10	464903	UVA VITORIA, sem semente.	KG	11.460
11	467422	MELÃO AMARELO	KG	25.440
12	464398	LIMÃO BRANCO	KG	6.620
13	446617	OVO, GALINHA extra, classe a, branco, acondicionado em caixa com uma dúzia, perfazendo no mínimo 720g.	DZ	49.080

LOTE 02 – LATICÍNIOS

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	U.M	QUANTIDADE
14	446706	IOGURTE, POLPA DE FRUTAS diversos sabores, em embalagem original, garrafa plástica, com no mínimo 850g, contendo a descrição das características do produto. Isento de gordura trans.	Und	41.200
15	446701	IOGURTE NATURAL INTEGRAL , em embalagem original, garrafa plástica, com no mínimo 850g, contendo a descrição das características do produto. Isento de gordura trans.	Und	14.800
16	482782	IOGURTE NATURAL SEM LACTOSE , em embalagem original, garrafa ou pote plástico, com no mínimo 170g, contendo a descrição das características do produto. Isento de gordura trans.	Und	1.920
17	446384	MANTEIGA extra, com sal, em embalagem original com 200g. Isento de gordura trans.	Und.	28.040
18	216795	REQUEIJÃO CREMOSO tradicional, em embalagem original com 200g. Isento de gordura trans.	Und	14.400
19	446637	QUEIJO, MUSSARELA fatiado, em embalagem plástica original com 500g. Isento de gordura trans.	Und.	11.500

LOTE 03 – PANIFICAÇÃO

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	U.M	QUANTIDADE
20	470690	PÃO CARECA em embalagem plástica original, com peso mínimo de 50g a unidade. Isento de gordura trans.	KG	28.760
21	460392	PÃO CARECA, BISNAGUINHA , em embalagem plástica original com peso mínimo de 300g o pacote, com peso máximo de 30g a unidade. Isento de gordura trans.	KG	28.760
22	460386	PÃO CARECA, BISNAGUINHA artesanal , fermentação natural, sem adição de açúcar e conservantes, em embalagem plástica original com peso mínimo de 300g o pacote, com peso máximo de 30g a unidade. Isento de gordura trans. Validade mínima de sete dias.	KG	6.320
23	240574	BISCOITO POLVILHO , tradicional, sem glúten,	Und.	27.880

		tipo peta ou rosquinha ou corujinha, em embalagem plástica original com 200g, contendo a descrição das características do produto. Isento de gordura trans.		
--	--	---	--	--

LOTE 04 – CARNES

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	U.M	QUANTIDADE
24	447581	CARNE DE FRANGO (FILÉ DE PEITO) sem osso, sem pele, congelada, em embalagem plástica original conforme legislação e contendo no máximo 1kg.	KG	52.960
25	447448	CARNE BOVINA (PATINHO) de 1º qualidade, sem osso, peça congelada individualmente, em embalagem plástica conforme legislação e contendo no máximo 3kg.	KG	26.480
26	454336	CARNE BOVINA (ACÉM) 1º qualidade, sem osso, máximo 10% de gordura, peça congelada individualmente, em embalagem plástica conforme legislação e contendo no máximo 3kg.	KG	26.480
27	447636	CARNE DE FRANGO (COXA/SOBRECOXA) com osso, sem dorso, congelada, em embalagem plástica original conforme legislação e contendo no máximo 1kg.	KG	52.960
28	448929	PEIXE (PANGA) em filé, sem pele, sem espinha, congelado, em embalagem plástica original conforme legislação e contendo no máximo 3kg.	KG	13.240
29	448929	PEIXE (PESCADA) em filé, sem pele, sem espinha, congelado, em embalagem plástica original conforme legislação e contendo no máximo 3kg.	KG	13.240
30	447518	CARNE SUINA (LOMBO) peça sem osso, congelada, em embalagem plástica original conforme legislação e contendo no máximo 1kg.	KG	26.480

LOTE 05 – CEREAIS

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	U.M	QUANTIDADE
31	458904	ARROZ (POLIDO) AGULHINHA tipo 1, extra, grão longo e fino, acondicionado em embalagem plástica original, contendo a descrição das características do produto.	KG	29.060
32	458908	ARROZ PARBOILIZADO tipo 1, classe longo fino, acondicionado em embalagem plástica, original com 1Kg, contendo a descrição das características do produto.	KG	45.000
33	464552	FEIJÃO PRETO grupo 1, tipo 1, acondicionado em embalagem plástica, original com 1Kg, contendo a descrição das características do produto.	KG	45.000
34	279262	MILHO, CANJICA especial, classe branca, tipo 2, acondicionada em embalagem plástica, original, com	Und	11.000



		500g contendo as características do produto.		
35	459072	CANJIQUINHA, MILHO amarela, pura, sem corante e conservantes, acondicionada em embalagem plástica original, contendo as características do produto.	KG	9.520
36	470688	FUBA, MILHO extra, 1ª qualidade, acondicionado em embalagem plástica, original com 1kg, contendo a descrição das características do produto.	KG	9.520
37	458918	FARINHA, MANDIOCA tipo 1, seca, crua, fina branca, acondicionada em embalagem original com 1Kg.	KG	7.360
38	459017	FLOCÃO, MILHO farinha de milho flocada, acondicionado em embalagem plástica, original com 500g, contendo a descrição das características do produto.	Und	3.660
39	459586	FERMENTO QUIMICO , em pó, em embalagem original com 100g	Und	2.600
40	460263	FARINHA, TRIGO tipo 1, acondicionado em embalagem original com 1Kg contendo as descrições do produto.	KG	6.280
41	458965	MASSA ALIMENTICIA, PADRE NOSSO com semolina ou sêmola, acondicionada em embalagem original 500g, contendo a descrição das características do produto. Isento de gordura trans.	Und	13.120
42	458953	MASSA ALIMENTICIA, ESPAGUETE com ovos, nº 8 ou nº 9, acondicionada em embalagem original com 500g, contendo a descrição das características do produto. Isento de gordura trans.	Und	19.740
43	458974	MASSA ALIMENTICIA, PARAFUSO com ovos, acondicionada em embalagem original com 500g, contendo a descrição das características do produto. Isento de gordura trans.	Und	19.740
44	402158	BISCOITO SALGADO CREAM-CRACKER acondicionado em embalagem original com no mínimo 170g, contendo a descrição das características do produto. Isento de gordura trans.	Und	32.800
45	294021	BISCOITO DOCE MAISENA acondicionado em embalagem original com no mínimo 170g, contendo a descrição das características do produto. Isento de gordura trans.	Und	32.800
46	402544	BISCOITO DOCE ROSQUINHA , acondicionada e embalagem plástica de no mínimo de 300g. Isento de gordura trans.	Und	18.600
47	478564	BISCOITO DE ARROZ integral salgado, sem aromatizantes, sem conservantes, isento de glúten, açúcar, leite e derivados, acondicionado em embalagem plástica original com no mínimo 80g, contendo a descrição das características do produto. Isento de gordura trans.	Und	15.740
48	416665	ÓLEO, SOJA tipo 1, refinado, em embalagem	Und	23.400

		original com 900ml, contendo as especificações do produto. Isento de gordura trans.		
49	291893	SAL refinado e iodado, em embalagem plástica original com 1Kg, contendo descrição das características do produto.	KG	5.760
50	353155	AÇUCAR REFINADO especial, acondicionado em embalagem plástica original, com as características do produto.	KG	31.760
51	459670	EXTRATO DE TOMATE concentrado, em embalagem original com mínimo 300 g, contendo as descrições das características do produto. Isento de gordura trans.	Und.	42.280
52	217096	VINAGRE, MAÇA , em embalagem original com 750 ml com as devidas características do produto.	Und	2.800
53	463591	CAFÉ torrado e moído, de 1ª qualidade, com selo de pureza abic, embalado automaticamente, acondicionado em embalagem metalizada original com 500g, contendo as descrições das características do produto.	Und	13.760
54	460501	AVEIA, FLOCOS FINOS embalagem original com 200g.	Und.	10.920
55	463532	CACAU 100%, EM PÓ , alcalino, solúvel, isento de glúten e de açúcar. Acondicionado em embalagem original com no mínimo 500g com as descrições do produto. Isento de gordura trans.	Und	9.920
56	459077	AMIDO, MILHO acondicionado em embalagem original, com 500g.	Und	6.280
57	407523	ADOÇANTE DIETÉTICO , líquido, sucralose, embalagem original com no mínimo 75ml.	Und.	50
58	464883	UVA PASSA , escura, sem semente, embalagem original com no mínimo 200g.	Und.	7.560
59	465622	FORMULA INFANTIL, SOJA , para lactentes e crianças de primeira infância, em pó, a base de proteína de soja, com no mínimo 400g. Isento de gordura trans.	Und.	580
60	447375	LEITE DE VACA, INTEGRAL, SEM LACTOSE, EM PÓ instantâneo, em embalagem original com no mínimo 300g. Isento de gordura trans.	Und.	1.000
61	446019	LEITE DE VACA INTEGRAL, EM PÓ , ingrediente leite integral, acondicionado em embalagem original com no mínimo 400 g, contendo descrição das características do produto. Isento de gordura trans.	Und.	63.760
62	427802	FÓRMULA INFANTIL, DE SEGMENTO , primeiro semestre, em pó, a base de leite de vaca modificado para lactentes, contendo em 100ml de formula reconstituída e com a seguinte composição: mínimo de 65kcal; máximo de 3g de proteína (sendo no máximo 40% de caseína); gordura na faixa de 3,3 a 4g; mínimo de 300mg de ácido linoléico; com ARA	Und.	248

		e DHA; enriquecido com no mínimo 0,8mg de ferro, em embalagem original com no mínimo 800g.		
63	442836	FORMULA INFANTIL, DE SEGMENTO , segundo semestre, em pó, para lactentes, a base de leite de vaca, contendo de 60 a 70 kcal/100 ml de formula reconstituída e com a seguinte composição por 100 kcal: de 1,8 a 3,5g de proteína; de 4,0 a 6,0g de gordura; de 300 a 1400mg de ácidolinoleico, de 9,0 a 14,0 g de carboidratos; de 0,9 a 2,0 mg de ferro; em embalagem original com no mínimo 800g. Isento de gordura trans.	Und.	3.000
64	404749	FÓRMULA INFANTIL, ELEMENTAR nutricionalmente completa, para necessidades dietoterápicas específicas, isenta de proteína láctea, lactose, sacarose e frutose, com 100% dos aminoácidos livres, com ARA e DHA, 100% maltadextrina, 100% óleos vegetais, com adição de vitaminas, minerais e oligoelementos, em embalagem original com no mínimo 800g - NÃO CONTENDO GLÚTEN. Indicada para o tratamento nutricional de crianças que apresentam alergia severa ao leite de vaca ou a proteínas de múltiplos alimentos, diarreia persistente, síndrome de má-absorção, doença inflamatória intestinal e síndrome do intestino curto de 0 a 3 anos de idade.	Und.	72
65	463696	AZEITE, OLIVA puro, extra virgem, embalagem original com 500ml. Isento de gordura trans.	Und.	2.360
66	326330	TRIGO, QUIBE , embalagem original com 500g.	Und.	5.760
67	241604	LEITE, COCO , concentrado, tradicional, embalagem original com 200ml. Isento de gordura trans.	Und.	7.020
68	465695	SAGU, MANDIOCA , granulado, formato de perola ou sagu bolinha, acondicionado em embalagem plástica original com 500g, contendo a descrição das características do produto.	Und.	2.520
69	475568	GELÉIA, 100% FRUTA , ingredientes naturais (frutas, sucos concentrados e pectina de fruta), sem açúcar adicionado, corantes e conservantes, em embalagem original com no mínimo 290g, contendo a descrição das características do produto.	Und.	2.180
70	442810	SUCO DE FRUTA INTEGRAL DE UVA TINTO , sem adição de água, açúcares, corantes ou aromatizantes artificiais, não fermentado, em embalagem original com no mínimo 900ml.	Und.	58.440
71	323408	SUCO DE FRUTA INTEGRAL DE MAÇÃ , sem adição de água, açúcares, corantes ou aromatizantes artificiais, não fermentado, em embalagem original com no mínimo 900ml.	Und.	29.220

1.9 Os itens deverão atender às descrições e especificações mínimas para os produtos de **HORTIFRUTI** conforme informado abaixo:

DISCRIMINAÇÃO
<p>FRUTA IN NATURA – LARANJA LIMA, LARANJA SELETA, LIMÃO BRANCO, MAÇA NACIONAL, MAMÃO FORMOSA, UVA VITORIA, MELANCIA E PÊRA WILLIANS</p> <p>CARACTERÍSTICAS GERAIS As frutas próprias para o consumo devem ser de vegetais genuínos sãos. As frutas deverão ser apresentadas dentro dos padrões de exigências da ANVISA.</p> <p>CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS Aspecto: ter atingido o grau máximo de tamanho, ser fresca, apresentar grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, não conter sujidades ou corpos estranhos, não estar danificada por qualquer lesão física ou química, estar isenta de umidade e insetos. Cor: própria, conforme espécie e variedade. Odor: aroma próprio, conforme espécie e variedade. Sabor: sabor próprio, conforme espécie e variedade.</p> <p>CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS Seguir a Resolução nº 12, de 02 de janeiro de 2001, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (estabelece os critérios e padrões microbiológicos para alimentos), inclusive para os produtos vegetais e frutas in natura.</p> <p>TRANSPORTE O produto deverá ser transportado de acordo com as normas técnicas da ANVISA</p>

DISCRIMINAÇÃO
<p>LEGUME IN NATURA – ALHO E CEBOLA</p> <p>CARACTERÍSTICAS GERAIS Legume é o fruto ou a semente de diferentes espécies de plantas, principalmente das leguminosas que devem ser procedentes de vegetais genuínos sãos.</p> <p>CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS Aspecto: apresentar o grau normal de tamanho, não estar danificada por qualquer lesão física ou mecânica, não conter corpos estranhos, estar isenta de umidade e insetos. Cor: própria Odor: aroma próprio, conforme espécie e variedade. Sabor: sabor próprio, conforme espécie e variedade.</p> <p>CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS Seguir a Resolução nº 12, de 02 de janeiro de 2001, da Secretaria de vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (estabelece os critérios e padrões microbiológicos para alimentos), inclusive para os produtos legumes in natura.</p> <p>TRANSPORTE O produto deverá ser transportado de acordo com as normas técnicas da ANVISA.</p>

DISCRIMINAÇÃO

RAÍZES E TUBÉRCULOS IN NATURA – BATATA LAVADA

CARACTERÍSTICAS GERAIS

Raízes e Tubérculos são partes subterrâneas desenvolvidas de determinadas plantas e devem proceder de vegetais genuínos sãos.

CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS

Aspecto: ser desenvolvida com o tamanho próprio da espécie, não estar danificada por qualquer lesão física ou mecânica, estar livre da maior parte de terra aderente à casca, não apresentar rachaduras na casca e estar isenta de insetos.

Cor: própria, conforme espécie e variedade.

Odor: aroma próprio, conforme espécie e variedade. Sabor: sabor próprio, conforme espécie e variedade.

CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS

Seguir a Resolução nº 12, de 02 de janeiro de 2001, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (estabelece os critérios e padrões microbiológicos para alimentos).

TRANSPORTE

O produto deverá ser transportado de acordo com as normas técnicas da ANVISA.

1.10. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022;

1.11. O prazo de vigência da aquisição será referente ao ano letivo de 2025.

1.12. Trata-se de aquisição de bem comum, que são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, a ser contratado(a) mediante licitação, na modalidade **PREGÃO, EM SUA FORMA ELETRÔNICA, CUJO CRITÉRIO DE JULGAMENTO SERÁ O DE MENOR PREÇO POR LOTE;**

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’, da Lei nº 14.133/2021).

2.1 O cardápio deve assegurar uma dieta equilibrada e balanceada, adequada à oferta média diária de nutrientes e energia. A quantidade de merenda destinada a cada estudante por dia (per capita) é calculada de acordo com os cardápios base, elaborado pelo nutricionista Responsável Técnico do PNAE da Secretaria Municipal de Educação, com anuência dos nutricionistas do Quadro Técnico da SME, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e do ordenador de despesa, respeitando os hábitos alimentares locais e culturais, atendendo as necessidades nutricionais específicas, conforme recomendações estabelecidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE na **Resolução FNDE nº 06 de 08 de maio de 2020**. Levam-se em consideração os gêneros alimentícios, a quantidade estimada de ingestão dos gêneros por aluno, o número de vezes que cada gênero aparece no cardápio e o número total de alunos beneficiados pela merenda escolar. Planilha de referência do número de alunos utilizada, extraída do Censo Escolar da Educação Básica – Educacenso, consolidada em junho de 2024, em anexo. De acordo com o CENSO de referência foram discriminados em planilha, enviada pela Divisão de Dados, Estatística e Matrícula da Secretaria Municipal de Educação, o número de alunos da educação infantil, dos segmentos berçário e maternal,

em anexo. Para adequar o quantitativo de merenda ofertado, visando atender às necessidades específicas de cada Unidade Escolar, também, leva-se em consideração a solicitação da direção da Unidade Escolar. Entende-se que o quantitativo de merenda é variável. Portanto considerar nas Planilhas de Distribuição os **quantitativos estimados** para a aquisição de gêneros alimentícios para a alimentação escolar. Reitera-se, que os cálculos dos números totais para aquisição dos itens descritos na planilha estimativa de consumo e nas planilhas de distribuição são valores aproximados e estimados nas Planilhas de distribuição em anexo, às fls 12/84.

2.2 Tal aquisição irá suprir a demanda da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA CONFEÇÃO DA MERENDA ESCOLAR**, para o período do ano letivo de 2025, conforme calendário escolar, às fls 12, e será procedida via **PREGÃO ELETRÔNICO**.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1 A solução fora analisada e se encontra pormenorizada nos Estudos Técnicos Preliminares (Anexo II);

3.2. Aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (HORTIFRUTIGRANJEIRO, CEREAIS, CARNES, LATICÍNIOS E PANIFICAÇÃO) PARA CONFEÇÃO DA MERENDA ESCOLAR** nas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, Lei nº 11.947/2009, para o alunado da rede municipal de educação, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação (SME) no ano letivo de 2025.

3.3. O fornecimento de merenda escolar tem como meta a promoção da saúde e a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no ambiente escolar, atendendo às exigências normativas, o Programa de Alimentação Escolar é de suma importância para a garantia do direito à alimentação escolar adequada e da Segurança Alimentar e Nutricional dos estudantes.

3.4. A contratação contempla o atendimento universalizado do nosso alunado, atendendo a todos os alunos com necessidades alimentares especiais.

3.5. As especificações, quantidades e demais informações referentes aos requisitos dos produtos a serem adquiridos, assim como a divisão dos itens em lotes, podem ser encontrados nos itens 1.8 e 1.9 deste Termo de Referência.

3.6. No intuito de garantir a qualidade dos alimentos que se pretende adquirir e distribuir ao nosso alunado, o fornecedor contratado deverá garantir que os produtos entregues estarão de acordo com as marcas, conforme proposta de preço apresentada na licitação, aprovadas pelo Setor de Nutrição Escolar e preservadas suas características sensoriais (odor, cor, textura, aspecto geral), além de condições satisfatórias da embalagem (não estar furada, rasgada, amassada ou enferrujada). Os produtos deverão conter em suas embalagens, informação nutricional, data da fabricação, validade e/ou vida útil dos mesmos, ademais deverão apresentar prazo de validade, que seja de no mínimo 60%, a contar da data da entrega ou recebimento.

3.7. Os gêneros alimentícios “in natura”, hortifruti, ofertados devem atender as especificações mínimas descritas nos itens 1.8 e 1.9 deste TR e os alimentos de origem animal e processados devem atender a legislação vigente, apresentando o devido registro sanitário.

3.8. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), por meio do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa/Mapa) e os serviços de inspeção federal (SIF), estadual (SIE) ou municipal (SIM), são os órgãos ou serviços responsáveis pela concessão de registro e fiscalização. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa/Ministério da Saúde) ou seus postos (VISAs estaduais, distrital, municipais) – responsável pela avaliação sanitária no comércio varejista de produtos de origem vegetal, animal e demais produtos processados.

3.9. A opção mais adequada para essa contratação apresenta-se através de **Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico**, utilizando o critério de julgamento **menor preço por lote**, além de cumprir o dispositivo constitucional constante no art. 37, caput e inciso XXI da CF/88.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’, da Lei nº 14.133/21).

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1 Sustentabilidade:

4.1.1.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.1.1. Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 986/1969;

4.1.1.1.2. Para os produtos embalados devem ser observadas as regras de rotulagem nutricional (RDC nº 429, de 8 de outubro de 2020, da ANVISA e Instrução Normativa nº 75, de 8 de outubro de 2020 da ANVISA), as relativas a aditivos para materiais plásticos (RDC nº 326, de 03 de dezembro de 2019, da ANVISA) e a proibição do uso industrial de embalagens metálicas soldadas com liga de chumbo e estanho para acondicionamento de gêneros alimentícios, exceto para produtos secos ou desidratados (Lei nº 9.832/1999)”;

4.1.1.1.3. Todos os itens, bem como seus acessórios e componentes exigidos, deverão ser fornecidos respeitando as principais normas técnicas elaboradas pela ABNT comprovada pela apresentação de relatório de ensaio emitido por laboratório detentor de Certificado do INMETRO;

4.1.1.2. Os gêneros alimentícios de origem animal e processados devem atender a legislação vigente, apresentando o devido registro sanitário;

4.1.1.3. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), por meio do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa/Mapa) e os serviços de inspeção federal (SIF), estadual (SIE) ou municipal (SIM), são os órgãos ou serviços responsáveis pela concessão de registro e fiscalização. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa/Ministério da Saúde) ou seus postos (VISAs estaduais, distrital, municipais) – responsável pela avaliação sanitária no comércio varejista de produtos de origem vegetal, animal e demais produtos processados;

4.1.2. Os gêneros estocáveis e perecíveis deverão ser entregues em veículos adequados para transporte de alimento, bem como os gêneros alimentícios congelados e resfriados deverão ser entregues em veículos próprios para o transporte de gêneros congelados e/ou resfriados, os veículos devem estar devidamente vistoriados pela vigilância sanitária;

4.1.3. Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas nos termos do artigo 41, inciso I da Lei 14.133/2021;

4.2. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA:

4.2.1. Antes da adjudicação, a Coordenação de Nutrição Escolar se reserva o direito de solicitar amostra (s) do (s) produtos ofertados, a fim de garantir sua qualidade;

4.2.2. Deverão ser disponibilizadas três unidades de cada item incluído no respectivo Lote para análise técnica das amostras;

4.2.3. A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante, conter informações quanto às características, tais como: data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto e sua marca e acompanhada dos seguintes documentos: (exceto para os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12 do LOTE 01)

4.2.3.1 Ficha técnica ou declaração com informações sobre a composição nutricional do produto, com **laudo de laboratório qualificado e/ou laudo de inspeção sanitária** dos produtos, como forma de garantir a qualidade dos alimentos oferecidos aos alunos atendidos, e, ainda, estabelecerem:

4.2.3.2 Os laudos apresentados deverão retratar a qualidade do produto ofertado e da amostra apresentada, **através de análises microscópicas, microbiológicas, físico-química e sensoriais**, por meio de laboratórios autorizados ou oficiais do Ministério da Saúde e/ou Agricultura e de Universidades Federais ou Estaduais, autorizadas a procederem a análise de gêneros alimentícios.

4.2.3.3 A responsabilidade dos fornecedores dos gêneros alimentícios pela qualidade físico-química, sanitária dos produtos licitados, declarando em papel timbrado e assinado pelo responsável ou procurador da empresa licitante.

4.2.4. O prazo para apresentação da (s) amostra (s) será de 05 (cinco) dias. O prazo será contado a partir da solicitação feita pelo pregoeiro durante a sessão pública.

4.2.5. As amostras deverão ser entregues, no Setor de Nutrição Escolar, localizado na Secretaria Municipal de Educação, dentro do horário de 09hs às 16hs;

4.2.6. Os testes serão efetuados pelo corpo técnico deste órgão, que fará avaliação sensorial e nutricional do produto;

4.2.7. **Análise nutricional:** verificação dos produtos de acordo com a descrição do objeto, contendo em sua embalagem a marca conforme proposta de preço apresentada na licitação, informação nutricional, data da fabricação, validade e/ou vida útil dos mesmos, a exigência de que a rotulagem, inclusive a nutricional, esteja em conformidade com a legislação em vigor.

4.2.8. **Análise sensorial:** verificação das características sensoriais (odor, cor, textura, sabor e aspecto geral), além de condições satisfatórias da embalagem (não estar furada, rasgada, amassada ou enferrujada)

4.2.9. A área técnica, com laudo devidamente motivado nos critérios de qualidade, durabilidade, funcionalidade e desempenho, descritos nas análises nutricionais e sensoriais previstas nos itens 4.2.7 e 4.2.8, bem como na análise da documentação exigida, comunicará ao Pregoeiro se a amostra foi aprovada, se obedecer a todos os critérios ou reprovada, na falta de pelo menos um deles. Caso não seja aprovada, o Pregoeiro convocará automaticamente o segundo colocado e assim sucessivamente;

5 **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).**

5.1. O fornecimento será efetuado conforme conveniência e necessidade, a serem determinados pelo setor de **NUTRIÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, com prazo de entrega não superior a 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho. A mercadoria deverá ser entregue semanalmente, nos locais predeterminados pela Secretaria Municipal de Educação, no prazo de 05 dias a partir da solicitação emitida via e-mail (nutricao@sme.novafriburgo.rj.gov.br) pelo Setor de Nutrição Escolar, nos quantitativos e especificações determinadas, conforme Planilhas de Distribuição.

a. Os produtos serão recebidos somente pelo(a) Responsável pela Merenda na Unidade Escolar, conforme o **TERMO DE ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DO FISCAL DE MERENDA ESCOLAR**, instituído através de Portaria Nº01, de 24 de janeiro de 2019, da Secretaria Municipal de Educação, designando diretores e dirigentes de cada Unidade Escolar- U.E, na função de fiscal da merenda.

b. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste **TERMO DE REFERÊNCIA** e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

c. Os bens serão recebidos definitivamente, contados do recebimento após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante assinatura do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE, pelo responsável da merenda na respectiva U.E.

d. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.2. Locais de entrega: Unidades Escolares da rede municipal de educação e Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação, conforme planilha com o endereço dos locais de entrega, Anexo I deste Termo de Referência, **às fls 366/377.**

6 **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).**

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).
- 6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
- 6.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).
- 6.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- 6.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 6.3.3 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 6.4 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 6.5 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).
- 6.6 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 6.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.8 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.
- 6.9 O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº 14.133/21.

6.10 Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/fiscal substituto.

6.11 O(s) fiscal(is) do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.12 O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.13 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.14 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.15 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.15.1 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

6.15.2 Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

6.15.3 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.15.4 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº 14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

7	CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)
----------	---

7.1. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome de: Município De Nova Friburgo CNPJ: 28.606.630/0001-23 Endereço: Avenida Alberto Braune, 225, Centro, Nova Friburgo - RJ, CEP: 28613-001.

7.2. Todos os produtos deverão ser entregues nas Unidades Escolares e no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação, conforme o anexo I deste Termo de Referência;

7.3 Da liquidação da despesa:

7.3.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023, https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html.

7.3.2 Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº2480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html;

7.4 Do pagamento da despesa:

7.4.1 O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais; FGTS; PGE – referente à Dívida Ativa Estadual; Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual CND – referente ao ICMS.

7.4.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.4.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7.4.4 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

7.4.5 O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘h’, da Lei nº 14.133/2021)

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, com fundamento na hipótese do art. 28, inciso I c/c art. 17, § 2º c/c art. 33, inciso I da Lei nº 14.133.

8.1.1. Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

- 8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 8.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.5 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 8.6 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.7 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 8.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.9 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1 Habilitação Jurídica;

- A) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- B) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- C) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

D) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

E) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

F) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

G) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

H) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

I) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

J) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.12.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12.1.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.1.3 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.12.1.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da

Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.12.1.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.12.1.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12.1.7 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12.1.8 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF.

8.12.1.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.13 - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

8.13.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.13.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.13.3 - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

8.14 Qualificação Econômico-Financeira:

- 8.14.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 8.14.2 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 8.14.3 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.
- 8.14.4 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.
- 8.14.5 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.
- 8.14.6 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.
- 8.14.7 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- 8.14.8 - Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$G = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$S = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$C = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 8.14.9 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 8.14.10 - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.14.11 - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices

de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente.

8.14.12 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.14.13 - O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.12.3. Da Qualificação Técnica:

8.12.3.1. As certidões ou atestados de capacidade técnica deverão demonstrar que a licitante efetuou execução bem-sucedida com quantidade de no mínimo 50% (cinquenta por cento) da parcela de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação;

8.12.3.2. Para fins da comprovação de que trata o item anterior, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados e deverão ser emitidos em papel timbrado da pessoa jurídica de direito privado ou público emitente, CNPJ, endereço da pessoa jurídica/órgão gerenciador, objeto fornecido, quantitativo contratado, valor do contrato, número do processo ou procedimento licitatório ou do processo de contratação direta, número do contrato, prazo e local de execução do objeto, prazo de vigência do contrato, devendo ser datado e assinado por pessoa física identificada pelo seu nome completo, cargo ou função, número da matrícula e do CPF, indicando ainda se a execução do objeto ocorreu de forma regular e satisfatória;

8.12.3.3. A empresa poderá comprovar possuir vínculo permanente com um responsável técnico, através da apresentação do contrato de prestação de serviço ou da inclusão no quadro funcional da empresa ou documento congênere. O Responsável Técnico (RT), deverá estar regularmente inscrito no Conselho Regional competente. Sendo que para o lote das CARNES o RT deverá ser profissional Médico Veterinário, devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina Veterinária.

8.12.3.4. Licença de Funcionamento, conferida pelo órgão sanitário da respectiva Unidade de Federação e Certificado de Inspeção Sanitária emitido pelo Serviço de Vigilância Sanitária do Município sede da licitante, ou do Governo Federal referente às instalações da empresa, comprovando que a mesma está apta a armazenar e comercializar produtos alimentícios, de acordo com o objeto proposto pela empresa licitante, juntamente com relatório técnico relacionando as condições de higiene das instalações, do armazenamento, da manipulação e da

distribuição de gêneros alimentícios, este emitido até 360 dias anteriores à data da apresentação da proposta.

8.12.3.5. No caso de empresas que manipulam alimentos de origem animal, sediadas fora do município de Nova Friburgo, Certificado do SIF-DIPOA – Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, ou SIE e/ou Título de Relacionamento emitido pela Delegacia Federal do Ministério da Agricultura da sede da empresa;

8.12.3.6. No caso de empresas sediadas no Município de Nova Friburgo – Apresentar certificado emitido pela Vigilância Sanitária Municipal, dentro do prazo de validade;

8.12.3.7. Registro no SIF-DIPOA – Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, ou SIE e/ou Título de Relacionamento emitido pela Delegacia Federal do Ministério da Agricultura, da Indústria produtora da marca ofertada, dos produtos de origem animal.

8.12.3.8. Ficha Técnica ou declaração com informações sobre a composição nutricional do produto a ser ofertado, de acordo com a marca apresentada na proposta. (exceto para os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12 do LOTE 01).

8.12.3.9. Os licitantes deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, caso solicitado pela Comissão de Licitações.

9 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

9.1 Da Contratada:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;



- h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

9.2 Da Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação;

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1- deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;



10.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

10.1.2.1 - não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2 - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3 - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4 - deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5 - apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.2.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.2.7 - recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.2.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.2.9 - fraudar a licitação

10.1.3 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.3.1 - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.3.2 - induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.3.3 - apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.3.4 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.3.5 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.1.4 - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.1.4.1 - advertência;

10.1.4.2 - multa;

10.1.4.3 - impedimento de licitar e contratar e

10.1.4.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.1.5 - Na aplicação das sanções serão considerados:

10.1.5.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.1.5.2 - as peculiaridades do caso concreto



10.1.5.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.1.5.4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.1.5.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.1.6 - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.1.7 - Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

10.1.8 - Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 30% do valor do contrato licitado

10.1.9 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.1.10 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.1.11 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Nova Friburgo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.1.12 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.1.13 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.1.14 - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar

defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.1.15 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.1.16 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.1.17 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.1.18 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).

11.1 A estimativa do valor para fins de procedimento licitatório ou contratação direta será verificada no momento da efetivação da cotação de preços a ser executada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, na forma do Decreto Municipal nº 2007 de 16 de fevereiro de 2023 https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_66_Rotina-Administrativa-NLL-141332021.html.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021).

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO	ELEMENTO DE DESPESA	FONTES DE RECURSO
22002.1236100572.147	339030-13	1500 1001 0000 1552 0000 0000
22003.1236500672.166		
220041236500762.183		

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.



- 13.2. A presente contratação obedecerá integralmente ao disposto na Lei de Acesso à Informação (LAI) nº 12.527/2011, não sendo caracterizado como procedimento sigiloso.
- 13.3. Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Educação.

Nova Friburgo/RJ, 31 de julho de 2024.

ELABORADOR:	APOIO TÉCNICO:
<hr/> Bruno Valverde Matr.: 107.315	<hr/> Verônica Monteiro Caetano Cordeiro Matr.: 107.304

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo O
PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Ciente, de acordo:

Caroline Moura Klein
Secretária Municipal de Educação
Matr.: 990.953



ANEXO I ESCOLAS (Endereço / Telefone / E-mail)	
1	Escola Municipal Acyr Spitz
	Rua José Domingos Benvenuti, s/nº - Lumiar - Cep: 28.616-970
	Tel: (22)99871-9490
	acyrspitz@sme.novafriburgo.rj.gov.br
2	Escola Municipal Professora Adezir Almeida Garcia
	Av. Antônio Mario de Azevedo, Córrego Dantas (Antigo Centro Adventista) - Cep: 28630-310
	Tel: 2529-3116
	adeziralmeida@sme.novafriburgo.rj.gov.br
3	Escola Estadual Municipalizada Professora Alberto Meyer
	Rua Manoel Frossard, s/nº - Granja Spinelli - Cep: 28.613-000
	Tel: 2520-1676
	albertomeyer@sme.novafriburgo.rj.gov.br
4	Escola Estadual Municipalizada Alcides Francisco Brantes
	Estrada do Floresta - Salinas, s/nº - Salinas - Cep: 28.600-030
	Tel: 2543-2835
	alcidesbrantes@sme.novafriburgo.rj.gov.br
5	Escola Estadual Municipalizada Amâncio Mário de Azevedo
	Rua D. João VI, 1647 - Cascatinha - Cep: 28.621-350
	Tel: 2523-7794
	amancioazevedo@sme.novafriburgo.rj.gov.br
6	Escola Municipal Anna Barbosa Moreira
	Rua Hormindo Silva, s/nº - Praça da Lagoinha - Cep: 28.625-430
	Tel: 2533-2462
	annabarbosa@sme.novafriburgo.rj.gov.br
7	Escola Municipal Batista
	Rua Presidente Vargas, 60/62 - Olaria - Cep: 28.623-410
	Tel: 2522-5808
	batista@sme.novafriburgo.rj.gov.br
8	Escola Municipal Bernardo Pacheco
	Rua João Gonçalves Bastos, s/nº - Santa Bernadete - Cep: 28.610-000
	Tel: 2529-2291
	bernardopacheco@sme.novafriburgo.rj.gov.br
9	Escola Municipal Cecília Meireles
	Rua Tohoru Kassuga, 218 - Cascatinha - Cep: 28.621-360
	Tel: 2528-3192
	ceciliameireles@sme.novafriburgo.rj.gov.br
10	Escola Municipal Claudir Antônio de Lima
	Rua Eugênio Nideck, 59 - Catarcione - Cep: 28.614-310
	Tel: 2522-5978
	claudiralima@sme.novafriburgo.rj.gov.br
11	Escola Municipal Cypriano Mendes da Veiga



	Estr. Cypriano Mendes da Veiga, 4.545 - Barracão dos Mendes - Cep: 28.600-991 Tel: 2543-2764 cypriano@sme.novafriburgo.rj.gov.br
12	Escola Municipal Dante Laginestra Estr. Friburgo-Sumidouro, Km 13 - Riograndina - Cep: 28.610-000 Tel: 2540-1363 dantelaginestra@sme.novafriburgo.rj.gov.br
13	Escola Municipal Dante Magliano Rua Prefeito Cesar Guinle, s/nº - Ponte da Saudade - Cep: 28.615-000 Tel: 2533-3524 dantemagliano@sme.novafriburgo.rj.gov.br
14	Escola Municipal Décio Monteiro Soares Avenida Nossa Senhora do Amparo, 3.995 - Prado - Cep: 28.635-010 Tel: 2527-3857 deciomonteiro@sme.novafriburgo.rj.gov.br
15	Colégio Municipal Dermeval Barbosa Moreira Av. Júlio Antonio Thurler, 335 - Olaria - Cep: 28.620-000 Tel: 2528-1358 dbm@sme.novafriburgo.rj.gov.br
16	Escola Municipal Dinah Lantimant Bravo Rua João Corrêa da Silva, s/nº - Santo André - Cep: 28.635-270 Tel: 2527-4472 dinahbravo@sme.novafriburgo.rj.gov.br
17	Escola Municipal Professor Ernesto Tessarollo Rua Aureliano Barbosa Faria, 40 - Alto do Floresta - Cep: 28.634-060 Tel: 2527-4086 ernestotessarollo@sme.novafriburgo.rj.gov.br
18	Escola Municipal Florândia da Serra Buracada dos Gomes, s/nº - Florândia da Serra - Cep: 28.600-000 Tel: 2543-2814 florandia@sme.novafriburgo.rj.gov.br
19	Escola Municipal Flores de Nova Friburgo Estr. João Heringer, s/nº - Vargem Alta - Cep: 28.615-055 Tel: 2523-5005 floresnf@sme.novafriburgo.rj.gov.br
20	Escola Municipal Francisco Silveira Rua Marfisa Rosa da Silva, s/nº - Jardim Califórnia - Cep: 28.633-720 Tel: 2527-4580 franciscosilveira@sme.novafriburgo.rj.gov.br
21	Escola Municipal Professora Helena Coutinho (Funcionando no Centro Educacional Nossa Senhora das Graças - Praça 1º de Maio - Olaria) CEP: 28.620-050 Rua Joaquim Moreira Pinto, s/nº - Lot. Nosso Sonho - Olaria - Cep: 28.623-670 Tel: 2522-5657 helenacoutinho@sme.novafriburgo.rj.gov.br



22	Escola Municipal Hélio Gonçalves Corrêa
	Rua Francisco Primo de Queiroz , 165 - Jardimlândia - Cep: 28.633-240
	Tel: 2529-1010
	heliogoncalves@sme.novafriburgo.rj.gov.br
23	Escola Estadual Municipalizada Hermenegildo Gripp
	Rua Dez de Outubro, s/nº - Amparo - Cep: 28.605-970
	Tel: 2541-2097
	hermenegildo@sme.novafriburgo.rj.gov.br
24	Escola Municipal Hermínia da Silva Condack
	Av. Antonio Mario de Azevedo, Km 13 - Campo do Coelho - Cep: 28.630-010
	Tel: 2543-1102
	herminiacondack@sme.novafriburgo.rj.gov.br
25	Escola Municipal Hermínia dos Santos Silva
	Rua Lair Rocha Turque, 41 - Chácara do Paraíso - Cep: 28.605-350
	Tel: 2522-6564
	herminiasantos@sme.novafriburgo.rj.gov.br
26	Escola Estadual Municipalizada Honório Tardin
	Estrada João Cabral, s/nº - Baixada de Salinas - Cep: 28.610-310
	Tel: 2543-3737 (orelhão)
	honoriotardin@sme.novafriburgo.rj.gov.br
27	Escola Municipal Iza Saippa Ranucci
	Rua Benjamin Constant, 115 - Duas Pedras - Cep: 28.630-210
	Tel: 2522-4858
	izasaippa@sme.novafriburgo.rj.gov.br
28	Escola Municipal Izabel Gomes Siqueira
	Rua Rufino Siqueira - Lot. Parque das Flores - Cons. Paulino - Cep: 28.635-500
	Tel: 9.8161-9230
	izabelgomes@sme.novafriburgo.rj.gov.br
29	Escola Municipal Izabel Rosa Demani dos Santos (CEINF São Jorge)
	Rua - São Jorge - Cep:
	Tel:
	@sme.novafriburgo.rj.gov.br
30	Escola Municipal Jardel Hottz
	Rua Vicente de Moraes, 29 - Braunes - Cep: 28.611-090
	Tel: 2519-2231
	jardelhottz@sme.novafriburgo.rj.gov.br
31	Escola Municipal João Vicente Valladares
	RJ 116, KM 69 – Debossan - Cep: 28.615-065
	Tel: 2519-4516 / 2542-1983 (orelhão)
	joaovicente@sme.novafriburgo.rj.gov.br
32	Escola Municipal José Alves de Macedo
	Fazenda Rio Grande, s/n – Conquista - Cep: 28.600-000
	Tel: 2519-6359



	josealvesm@sme.novafriburgo.rj.gov.br
33	Escola Municipal Monsenhor José Antônio Teixeira
	Estrada Macaé de Cima, s/nº - Lumiar - Cep: 28.620-000
	Tel:
	joseantonio@sme.novafriburgo.rj.gov.br
34	Escola Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira
	Rua Joaquim Moreira Neto, s/nº - Varginha - Cep: 28.616-260
	Tel: 2522-3302
	jk@sme.novafriburgo.rj.gov.br
35	Escola Municipal Lafayette Bravo Filho
	Rua Aureliano Barbosa Faria, s/nº - Lot. Floresta - Cep: 28.634-060
	Tel: 2520-5321
	lafayettebravo@sme.novafriburgo.rj.gov.br
36	Escola Municipal Maximillian Falck
	Av. Hamburgo, s/nº - Mury - Cep: 28.615-230
	Tel: 2519-5222/ 99233-7292
	maximillian@sme.novafriburgo.rj.gov.br
37	Escola Municipal Professor Messias de Moraes Teixeira (Funcionando no Centro Educacional Nossa Senhora das Graças - Praça 1º de Maio - Olaria) CEP: 28.620-050
	Rua Ary Parreira s/nº - Olaria - Cep: 28.620-330
	Tel: 2526-9540 / 2523-3644
	messiasmoraes@sme.novafriburgo.rj.gov.br
38	Escola Municipal Miguel Raymundo de Moraes Bittencourt
	Rua Dom João VI, s/nº - Praça de Sant'Anna - Cônego - Cep: 28.621-340
	Tel: 2533-1156
	miguelbittencourt@sme.novafriburgo.rj.gov.br
39	Escola Municipal Nair de Araújo Rodrigues
	Rua Dr. Feliciano Benedito da Costa, s/nº -São Geraldo - Cep: 28.630-330
	Tel: 2527-5163 / 2521-6897 (orelhão)
	nairaraujo@sme.novafriburgo.rj.gov.br
40	Colégio Municipal Odette Penna Muniz (Rua Euclides Solon de Pontes, 33 – Centro - CE Jamil El-Jaick.) CEP 28.625-020
	Praça da Bandeira, 2 – Vila Nova - Centro - Cep: 28.630-040
	Tel: 2528-8561
	odette@sme.novafriburgo.rj.gov.br
41	Escola Municipal Padre Rafael
	Rua Darcília dos Santos, s/nº – Cordoeira - Cep: 28.613-750
	Tel: 2519-2217
	padreraphael@sme.novafriburgo.rj.gov.br
42	Escola Municipal Pastor Schlupp
	Rua Cinésio da Rocha, s/nº - Parque Mª Tereza - Cep: 28.634-120
	Tel: 2520-5284
	pastorschlupp@sme.novafriburgo.rj.gov.br
43	Escola Municipal Patrícia Jonas Sant'Anna



	Rua São Paulo, s/nº - Bela Vista - Olaria - Cep: 28.623-200
	Tel: 2520-6164
	patriciajonas@sme.novafriburgo.rj.gov.br
44	Escola Municipal Rei Alberto I
	Estrada dos Três Picos, s/nº - Baixada de Salinas - Cep: 28.635-990
	Tel: 2543-6911
	reialberto@sme.novafriburgo.rj.gov.br
45	Colégio Municipal Rui Barbosa
	Av. Governador Roberto Silveira, 3.650 - Prado - Cep: 28.635-000
	Tel: 2527-7279
	ruibarbosa@sme.novafriburgo.rj.gov.br
46	Escola Municipal Rui Sanglard
	Rua Isaias de Medeiros Lopes, s/nº - Rui Sanglard - Cep 28.635-000
	Tel: 2527-3944
	ruisanglard@sme.novafriburgo.rj.gov.br
47	Escola Municipal Santa Paula Frassinetti
	Rua Luiza Carpenter, 17 - Centro - Cep 28625-170
	Tel: 2522-6936
	santapaula@sme.novafriburgo.rj.gov.br
48	Escola Municipal São José
	Praça 1º de Maio – Olaria (Centro Educacional Nossa Senhora das Graças) - Cep: 28.620-050
	Tel: 2521-5129
	saojose@sme.novafriburgo.rj.gov.br
49	Escola Municipal São Judas Tadeu (Funcionando na Estrada Eugênio Gripp, S/Nº, lote 15 – Nova Suíça)
	Rua Romana Villas Boas Schuenck, s/nº - Nova Suíça - Cep: 28.605-706
	Tel: 2522-1458
	saojudas@sme.novafriburgo.rj.gov.br
50	Escola Municipal São Pedro da Serra
	Rua Rodrigues Alves, 74 - São Pedro da Serra - Cep: 28.616-155
	Tel: 2542-6061
	saopedro@sme.novafriburgo.rj.gov.br
51	Escola Municipal Tiradentes
	Rua João Lamblet, s/nº - Lot. Tiradentes - Amparo - Cep: 28.605-590
	Tel: 2541-2055
	tiradentes@sme.novafriburgo.rj.gov.br
52	Escola Municipal Umbelina Breder de Queiroz
	Rua Atalício Schaustz, s/nº - Jardim Califórnia - Cep: 28.630-740
	Tel: 2520-5197
	umbelina@sme.novafriburgo.rj.gov.br
53	Escola Municipal Vale de Luz
	Rua Sebastião Pereira da Silva, 197 - Cons. Paulino - Cep: 28.633-540
	Tel: 2520-5602
	valedeluz@sme.novafriburgo.rj.gov.br



54	Escola Municipal Vargem Alta
	Estrada João Heringer, s/nº - Vargem Alta - Cep: 28.611-990
	Tel: 2519-1015 (orelhão)
	vargemalta@sme.novafriburgo.rj.gov.br
55	Escola Municipal Vevey la Jolie
	Avenida Antônio Mário de Azevedo, 18.800 - Conquista - Cep: 28.630-590
	Tel: 2529-4168 / 2529-4274
	vevey@sme.novafriburgo.rj.gov.br
56	Escola Municipal Victorino Bento de Toledo
	Estrada FRI - 002 - KM 19 - São Lourenço - Cep: 28.620-991
	Tel: 2543-3120
	victorino@sme.novafriburgo.rj.gov.br
57	Escola Municipal Waldir Lopes de Carvalho
	Av: Antonio de Sá Martins, s/nº - Santa Cruz - Cep: 28.630-993
	Tel: 2543-6897
	waldirlopes@sme.novafriburgo.rj.gov.br
58	Escola de Auxiliares e Técnicos de Enfermagem Nossa Senhora de Fátima
	Rua General Osorio, 324 - Centro - Cep: 28.625-630
	Tel: 2533-1178
	eenfermagemnsf@sme.novafriburgo.rj.gov.br
59	Escola Municipal Américo Ventura Filho
	Rua Cândido Pardal, 55 - Alto de Olaria - Cep: 28.620-200
	Tel: 2533-2013
	americoventura@sme.novafriburgo.rj.gov.br
CRECHES (Endereço / Telefone / E-mail)	
60	CMEI Adahil da Cruz
	Rua Eugênio Gripp, s/nº - Braunes - Cep: 28.611-300
	Tel: 2521-7896
	adahildacruz@sme.novafriburgo.rj.gov.br
61	CMEI Adriano Affonso Freitas
	Rua Antônio Saraiva de Lira, 35 - São Jorge - Cep: 28.600-990
	Tel: 2527-0611
	adrianoaffonso@sme.novafriburgo.rj.gov.br
62	CMEI Alaene Pacheco Breder
	Av. Nossa Senhora do Amparo, 3525 - Prado - Cep: 28.634-230
	Tel: 2533-2459
	alaenebreder@sme.novafriburgo.rj.gov.br
63	CMEI Augusta Horn
	Praça de Sant'Ana, 85 - Cônego - Cep: 28.621-680
	Tel: 2522-3892
	augustahorn@sme.novafriburgo.rj.gov.br
64	Jardim de Infância Bela Vista
	Rua São Paulo, 27 - Bela Vista - Olaria - Cep: 28.623-200



	Tel: 2533-3916 belavista@sme.novafriburgo.rj.gov.br
65	CMEI Brasilina da Rosa Teixeira Rua Clarindo da Rosa Teixeira, s/nº - Cons. Paulino - Cep: 28.633-370 Tel: 2527-2085 brasilina@sme.novafriburgo.rj.gov.br
66	CMEI Cantinho Feliz RJ 116 - km 72 - Mury - Cep: 28.615-230 Tel: 2542-1945/ 2542-2442 cantinhofeliz@sme.novafriburgo.rj.gov.br
67	CMEI Carmem Rodrigues de Souza Rua Paraiba, 14 - Bela Vista - Olaria - Cep: 28.623-160 Tel: 2519-2396 carmemrodrigues@sme.novafriburgo.rj.gov.br
68	CMEI Clementina Alves Martins Rua Geraldo Flauzinio de Oliveira, s/nº - Lot. Nilo Martins/São Geraldo - Cep: 28630-430 Tel: 2521-6703/ 2519-6155 clementina@sme.novafriburgo.rj.gov.br
69	CMEI Conceição Cortes Teixeira Rua Tiradentes nº 250 - área B - Centro - Cep: 28623-020 Tel: 2522-4349 conceicao cortes@sme.novafriburgo.rj.gov.br
70	CMEI Dolores de Sá Schuenck Rua Rosa Schuenck Toledo, s/nº - Centenário - Cep: 28.630-500 Tel: 2543-3610/ 2519-6410 doloresdesa@sme.novafriburgo.rj.gov.br
71	CMEI Edith Silva Santos Rua Virgilio Laginestra nº 486 - Parque Maria Teresa - Cep. 28634-200 Tel: 2527-8083/ 2580-6017 edithsilva@sme.novafriburgo.rj.gov.br
72	Jardim de Infância Municipalizado Elisa Teixeira de Uzeda Rua Prefeito José Eugênio Muller, s/nº - Centro - Cep: 28.610-010 Tel: 2523-0813 elisauzeda@sme.novafriburgo.rj.gov.br
73	CMEI Elvira Almeida da Silveira Av. Antonio Mário de Azevedo, 12.367 - Campo do Coelho - Cep: 28.630-510 Tel: 2543-1405 elviraalmeida@sme.novafriburgo.rj.gov.br
74	CMEI Elza Barbosa Melhorança Rua José Martins dos Santos, 54 - Olaria - Cep: 28.610-000 Tel: 2528-0496 / 2533-2720 elzabarbosa@sme.novafriburgo.rj.gov.br
75	CMEI Emilia Adelaide Ferreira



	Rua Leonino Dutra, 830 - Varginha - Cep: 28.616-260
	Tel: 2521-8440
	emiliadelaide@sme.novafriburgo.rj.gov.br
76	CMEI Emílio Melhorance
	Rua Espírito Santo, s/nº - Olaria - Cep: 28.623-360
	Tel: 2521-5382
	emiliomelhorance@sme.novafriburgo.rj.gov.br
77	CMEI Franz Haug - Aldeia da Criança Alegre
	Travessa José Ernesto Knust, s/nº - Conselheiro Paulino - Cep: 28.635-495
	Tel: 2527-2143 / 2580-6025
	franzhaug@sme.novafriburgo.rj.gov.br
78	CMEI Gilcely Barradas Canto
	Rua Padre Hermann Josef Wriste, s/nº - Barroso/ Amparo - Cep: 28.600-000
	Tel: 2541-2405
	gilcelybarradas@sme.novafriburgo.rj.gov.br
79	CMEI Iolanda da Silva
	Rua Maria da Conceição Ribeiro, 228 - Sta. Bernadete - Cep: 28.623-440
	Tel: 2521-8715
	iolanda@sme.novafriburgo.rj.gov.br
80	CMEI Irineu Mineiro
	Rua Sebastião Thomé, 89 - Catarcione - Cep: 28.614-280
	Tel: 2533-4057
	irineumineiro@sme.novafriburgo.rj.gov.br
81	CMEI Izabel Jovelina Monteiro
	Rua Isaias Medeiros Lopes s/nº - Rui Sanglard - Cep: 28.635-567
	Tel: 2527-3985 / 9.9805-7731
	izabeljovelina@sme.novafriburgo.rj.gov.br
82	CMEI Jamille Constantino Klein
	Rua Marechal Floreano Peixoto, 37 - Perissê - Cep: 28.613-210
	Tel: 2533-2295
	jamille@sme.novafriburgo.rj.gov.br
83	CMEI Jardimlândia
	Rua Benjamim Constant, 850 - Ouro Preto/Jardimlândia - Cep: 28.605-000
	Tel.: 2529-0252
	jardinlandia@sme.novafriburgo.rj.gov.br
84	CMEI João Batista Faria
	Praça 1º de março, 06 - Vilage - Cep: 28.605-170
	Tel: 2523-0429
	joaoabatista@sme.novafriburgo.rj.gov.br
85	CMEI João Fernandes Moreira
	Rua Rufino Siqueira - Lot. Parque das Flores - Cons. Paulino - Cep: 28.635-500
	Tel:
	@sme.novafriburgo.rj.gov.br



86	CMEI Júlia Irene Gomes Andrade (Vovó Júlia)
	Rua Presidente Raul Veiga, 210 - Olaria - Cep: 28.623-470
	Tel: 2519-2152
	juliairene@sme.novafriburgo.rj.gov.br
87	CMEI Professora Leda Tavares Moreira
	Rua Prudente de Moraes, 76 – Vila Nova - Cep: 28630-010
	Tel: 2522-9966
	ledatavares@sme.novafriburgo.rj.gov.br
88	Jardim de Infância Letícia Coutinho Soares
	Rua Ventura Spargoli, s/nº - Prado - Cep: 28.635-080
	Tel: 2527-5140
	leticiaacoutinho@sme.novafriburgo.rj.gov.br
89	CMEI Luz da Serra
	Rua Valença, 185 - Debossan - Cep: 28.615-630
	Tel: 2519-4599
	luzdaserra@sme.novafriburgo.rj.gov.br
90	Escola Estadual Municipalizada Manoel José Nogueira Peixoto
	Estrada João Heringer , s/nº - Vargem Alta - Cep: 28.616-055
	Tel: 2519-1147
	manoelnogueira@sme.novafriburgo.rj.gov.br
91	CMEI Maria Altina Niederauer de Oliveira Jorge
	Rua Servidão Asa Branca, s/nº - Maringá/ Riograndina - Cep: 28634-476
	Tel: 2533-2412
	mariaaltina@sme.novafriburgo.rj.gov.br
92	CMEI Maria Conceição Abicalil
	Rua Darcília dos Santos, s/nº - Cordoeira - Cep: 28.613-750
	Tel: 2522-7789
	conceicaoabicalil@sme.novafriburgo.rj.gov.br
93	CMEI Maria Damasco Mouta
	Rua Guilherme Henrique Spitz, 273 - Lumiar - Cep: 28616-045
	Tel: 9.9221-7300 (Unidade)
	mariamouta@sme.novafriburgo.rj.gov.br
94	CMEI Maria da Penha Monteiro Silva
	Rua Antônio Lugon, 28 - Amparo - Cep: 28.605-540
	Tel: 2541-2170
	mariadapenha@sme.novafriburgo.rj.gov.br
95	Jardim de Infância Maria Duque Estrada Laginestra (JIMDEL) (Funcionando à Rua Clarindo da Rosa Teixeira, 40 - Conselheiro Paulino) CEP: 28.633-370
	Rua da Concórdia, 96 - Prado - Cep: 28.635-210
	Tel: 2520-5677/ 9.9215-7008
	jimdel@sme.novafriburgo.rj.gov.br
96	CMEI Maria Inês Andrade Bachini
	Avenida Antônio Mário de Azevedo, 1662 - Córrego D'Antas - Cep: 28630-310



	Tel: 2529-3118 mariabachini@sme.novafriburgo.rj.gov.br
97	CMEI Maria José Mafort Praça 1º de Maio – Olaria (Centro Educacional Nossa Senhora das Graças) - Cep: 28.620-050 Tel: 2521-5449 mariamafort@sme.novafriburgo.rj.gov.br
98	CMEI Menino Jesus Rua Antonio Suaid, 149 - Jardim Califórnia - Cep: 28.633-750 Tel: 2527-2972 meninojesus@sme.novafriburgo.rj.gov.br
99	CMEI Nadir Cardoso Rua Lair Rocha Turque, s/nº - Lot. Jacina - Chácara do Paraíso - CEP: 28.605-350 Tel: 2523-0909 nadircardoso@sme.novafriburgo.rj.gov.br
100	CMEI Othelina de Sá Martins Almeida Condack (Funcionando atrás da E. M. Vevey La Jolie) Av. Antônio Mário de Azevedo, 18.800 - Conquista - Cep: 28.630-590 Tel.: 2543-4054 otelina@sme.novafriburgo.rj.gov.br
101	CMEI Padre Luiz Yabar Av. Rui Barbosa, 223 - Centro - CEP: 28.610-190 Tel: 2543-6297 padreyabar@sme.novafriburgo.rj.gov.br
102	CMEI Padre Luiz Pecci Rua José Ernesto Knust, 53 - Cons. Paulino - CEP: 28633-515 Tel: 2543-6210 padrepecci@sme.novafriburgo.rj.gov.br
103	CMEI Princesa Izabel Rua Pasteur, 20 - Vale dos Pinheiros - Cep: 28.625-335 Tel: 2528-4575 princesaizabel@sme.novafriburgo.rj.gov.br
104	CMEI São Pedro da Serra Rua Rodrigues Alves, nº 36 e nº 50, São Pedro da Serra - Cep: Tel: @sme.novafriburgo.rj.gov.br
105	CMEI Santa Terezinha Rua Cordajás, s/nº - São Jorge - Cep: 28.633-610 Tel: 2527-8648 / 9-9965-3669 santatarezinha@sme.novafriburgo.rj.gov.br
106	CMEI Sebastiana Rosa Carneiro Mello (Av. dos Ferroviários nº 36 - Duas Pedras) CEP 28.633-010 Av. dos Ferroviários s/nº - Lazaretto (Duas Pedras) - CEP: 28.633-070 Tel: 2522-6882 sebastiana@sme.novafriburgo.rj.gov.br
107	CMEI Solares



	Rua Lobianco Pasquale, s/nº - Solares II - São Geraldo - Cep: 28.600-000
	Tel: 2529-2151
	solares@sme.novafriburgo.rj.gov.br
CONJUNTOS (Endereço/ Telefone / E-mail)	
Conjunto 1	
108	Escola Municipal Odette Rangel Wenderosck (Alair Campos Ouverney)
	Estrada Galdinópolis/Mirandela Rio Bonito de Lumiar s/nº Fri100 - Cep: 28.616-970
	Não possui telefone
109	Escola Municipal Francisco Ouverney
	Córrego do Macuco - Macaé de Cima - Lumiar - Cep: 28.615-800
	Tel: 2542-9804 (orelhão próximo à escola)
	conjunto01@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Conjunto 2	
110	Escola Municipal Galdinópolis
	Estrada Marcos Heringer, s/n - Galdinópolis - Lumiar - Cep: 28.600-992
	Tel: 2542-9919
111	Escola Municipal Laper Lyra Fagundes
	RJ 142, Km 16 - Santiago - Cep: 28616-970
	Tel: 2542-4005 / 2519-9617
	conjunto02@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Conjunto 3	
112	Escola Estadual Municipalizada Boa Esperança
	Estrada Boa Esperança - Lumiar, KM 3 - Cep: 28.616-970
	Tel: 2542-4668
113	Escola Municipal Boa Esperança
	Estrada Boa Esperança - Lumiar - (Boa Esperança de Cima) - Cep: 28.616-970
	Tel: 2542-4046
	conjunto03@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Conjunto 4	
114	Escola Estadual Municipalizada Alípio da Silva Branco
	Rua Alcidiro Bussinger, s/n - Stucky - Cep: 28.605-000
	Tel: 2519-4187
115	Escola Estadual Municipalizada José Eugênio Muller
	Fazenda Bela Vista s/nº - Alto das Braunes - Cep: 28.600-000
	Tel: 2526-3296
	conjunto04@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Conjunto 5	
116	Escola Municipal Celcyo Folly
	Estrada Frib-Amparo, km 9, Parada Folly - Amparo - Cep: 28.605-606
	Tel: 2541-2100
117	Escola Estadual Municipalizada Henrique Carlos Heckert
	Estrada Nathanael Schuenck, s/n - Alto Schuenck - Cep: 28605-000



	Tel: 2541-1429
	conjunto05@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Conjunto 6	
118	Escola Estadual Municipalizada Ernesto de Souza Cardinot
	Estrada Cardinot, s/n - Campo do Coelho - Cep: 28630-590
	Tel: 2521-6940
119	Escola Municipal Herondino José da Rosa
	Av. Antônio Mário de Azevedo, Km 19 - Conquista - Cep: 28630-590
	Tel: 2529-4001
120	Escola Estadual Municipalizada Flor do Ipê
	Estrada de Campinas, s/nº - Conquista - Cep: 28630-590
	Não possui telefone
	conjunto06@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Conjunto 7	
121	Escola Municipal Luiz Fonseca
	Estrada Janela das Andorinhas, s/n - Riograndina - Cep: 28600-000
	Não possui telefone
122	Escola Municipal Sítio dos Affonsos
	Estrada Fazenda da Laje, s/n - Conselheiro Paulino - Cep: 28633-000
	Não possui telefone
	conjunto07@sme.novafriburgo.rj.gov.br
123	Centro Educacional Nossa Senhora das Graças
	Praça 1º de Maio – Olaria, CEP: 28.620-050
124	Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação
	Herculano Gomes de Silva, n.º 201 - Córrego D'Antas - Nova Friburgo - RJ - Cep: 28.630220
	(22) 2529-3388
	Ref: Estrada Friburgo - Teresópolis, km 3, subida em frente ao restaurante Toca da Raposa e a fábrica de tubos Santa Paula.
125	SME – Nível Central
	Avenida Alberto Braune, n 224, 3º Andar, Centro, Nova Friburgo - RJ
	Telefone: (22) 2533-3009/ 2533-2536